

leiloes-publicidade-legal

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPL 52 568 821/0001-22 Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Marrom, Térreo, Vila Yara, Osasco, SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DA BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isolada- endereços eletrônicos

mente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes **BALANÇO PATRIMONIAL EN**

Ativo 2022 2021 Disponibilidades Instrumentos Financeiros. 11.643.480 12.136.037 Títulos e Valores Mobiliários 11.590.125 12.087.214 Outros Instrumentos Financeiros 53.355 48 823 Créditos Tributários 118.925 78.163 Imobilizado de Uso 4.923 3.829 146.150 123.912 Intangível. (82.395) Depreciações e Amortizações.. (97.256) obilizado de Uso (2.762) (3.069)Intangível. (94.187)(79.633)**Outros Ativos** 343.938 123.519 Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos 12.162.853 12.391.164 Total do Ativo

es	b) Relações com Investidores (<u>www.bradesco.com.br/ri</u>).		
M 31	DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
Р	assivo	2022	2021
P	rovisões	39.591	43.368
	outras Provisões	39.591	43.368
C	outros Passivos	4.332.271	1.372.895
	otal do Passivo	4.371.862	1.416.263
Р	atrimônio Líquido		

a) na página do "Jornal O DIA SP" na internet, no endereço eletrônico: (https://www.jornalodiasp.com.br); e

895 Capital Social 5.100.000 6.000.000 Reservas de Lucros Outros Resultados Abrangentes . 1.828.392 (37.401) 5.882.737 Total do Patrimônio Líquido .. 7.790.991 10.974.901

As Notas Explicativas são parte integrante **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO** - Em Reais mil Acumulado em 31 de dezembro 2º Semestre 2022 2022 902.747 1.562.437 902.747 1.562.437 487.683 902.747 1.562.437 487.683 1.035.001 1.990.641 1.291.113 2.425.909 2.442.940 (29.617) (56.180)(42.007)(46.038) (69.475)

Receitas da Intermediação Financeira Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários. Resultado Bruto da Intermediação Financeira. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais Receitas de Prestação de Serviços Despesas de Pessoal. Outras Despesas Administrativas Despesas Tributárias.. (192.451) (355.725)(355.631) Outras Receitas Operacionais. 62.826 309.043 101.799 Outras Despesas Operacionais (54.372) (90.139) (92.310) (Despesas)/Reversões de Provisões 3.540 (480)3.325 Trabalhistas... (34)(145) (446) 3.470 Resultado Operacional 1.937.748 3.724.397 2.476.324 Resultado Não Operacional.. . Resultado antes da Tributação sobre o Lucro 2.476.320 Imposto de Renda e Contribuição Social (579.965) (827.921) 26.285 Lucro Líquido 1.964.116 3.144.515 1.648.399 Lucro por lote de mil cotas em R\$ 574,34 323,22

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

2º Semestre Acumulado em 31 de dezembro 2022 2022 Lucro Líquido do Período 1.964.116 3.144.515 1.648.399 Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado ... 10.659 (29.565) (29.565) Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda. 10.659 544 Total dos Ajustes não Incluídos no Lucro Líquido. 10.659 (29.565)544 Resultado Abrangente do Período 1.648.943 1.974.775 3.114.950

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas

DEMONSTRAÇÃO DOS ELLIVOS DE	CAIVA = 5 · ·			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE	CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre	Acumulado em 31 d	e dezembro	
	2022	2022	2021	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	2.462.996	2.674.006	(299.128)	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(425.292)	(642.642)	320.293	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	(2.036.770)	(2.036.770)	(13.047)	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	934	(5.406)	8.118	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	1.778	8.118	-	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	2.712	2.712	8.118	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	934	(5.406)	8.118	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumida:

	Em 31 de de	zembro
Ativo	2022	2021
Caixa e Equivalente de Caixa	44.464	32.764
Aplicações Financeiras - Grupos em Andamento e Formação	9.403.731	9.245.385
Outros Créditos	12.863.343	11.417.056
Compensação	92.156.094	80.359.094
Total do Ativo e Compensações	114.467.633	101.054.299
Passivo		
Obrigações com Consorciados	8.225.601	7.334.509
Valores a Repassar	161.371	161.131
Obrigações por Contemplações a Entregar	7.939.623	7.674.529
Recursos a Devolver a Consorciados	4.318.187	4.151.469
Recursos dos Grupos	1.664.159	1.372.859
Obrigações com a Administradora	2.597	708
Recursos dos Grupos	92.156.094	80.359.094
Total do Passivo e Compensação	114 467 677	101 054 200

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios ou Instituição) é uma Instituição que tem por objeto a organização e adminisde consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Instituição, de outros grupos empresariais ou de participantes do público

a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas • pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e pelas normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) específicas para empresas administradoras A referida norma entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, de forma prospectiva, onde os saldos registrados de cobranças judiciais re

4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Total do Passivo e Patrimônio Líquido						2.162.853	12.391.164	
das Demonstrações Financeiras Resumida	as.							
DEMONS	TRAÇÃO DA	AS MUTAÇÕES	S DO PATRI	MÔNIO LÍQU	JIDO - Em Reai	s mil		
Eventos	Capital Social	Aumento _ de Capital	Reservas Legal		Outros Resultados Abrangentes	Lucros	Totais	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.325.427	-	281.363	4.743.208	(8.380)	-	9.341.618	
Aumento de Capital	774.573 -		-	(774.573) -	- 544		- 544	
Lucro Líquido Destinações: - Reservas - Dividendos a Pagar	-	- - -	82.420	1.550.319	-	1.648.399 (1.632.739) (15.660)	1.648.399 - (15.660	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.100.000	_	363.783	5.518.954	(7.836)	(13.000)	10.974.901	
Aumento de Capital	900.000	- - - -	- - - -	(900.000) - - (4.618.954)	(29.565) - -	- - 3.144.515 -	(29.565) 3.144.515 (4.618.954)	
Dividendos Deliberados com Resultado do Exercício	- - -	- - -	- 157.226 -	- 1.307.383 -	- - -	(1.679.906) (1.464.609)	(1.679.906) - -	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.000.000	-	521.009	1.307.383	(37.401)	-	7.790.991	
Saldos em 30 de junho de 2022	5.100.000	900.000	422.803	5.729.119	(48.060)	-	12.103.862	
Aumento de Capital	900.000	(900.000)	-	-	10.659	-	10.659	
com Reservas	-	-	-	(1.992.400) (2.626.554)	-	- - 1.964.116	(1.992.400) (2.626.554) 1.964.116	
Destinações: - Reservas - Dividendos Deliberados com Resultado do	-	-	98.206	197.218	-	(295.424)	-	
Exercício	-	-	-	-	-	(1.679.906)	(1.679.906)	
Semestre	_	-	-	-	-	11.214	11.214	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.000.000	-	521.009	1.307.383	(37.401)	-	7.790.991	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

emestre			
	Acumulado em 31 de dezembro		
2022	2022	2021	
9.593.956	9.278.149	8.427.984	
9.139.421	17.541.321	15.367.000	
(9.285.180)	(17.371.275)	(14.516.835)	
9.448.195	9.448.195	9.278.149	
	9.593.956 9.139.421 (9.285.180)	9.593.956 9.278.149 9.139.421 17.541.321 (9.285.180) (17.371.275)	

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Bradesco Consórcios evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas financeiras foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e realização de créditos tributários

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os preceden As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2023

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS FINANCEIRAS DA ADMINISTRADORA

Estas demonstrações contábeis seguem, em todos os seus aspectos relevantes, com exceção dos itens apresentados na Nota 3a, os princípios, métodos e critérios uniformes em relação à queles adotados para as demonstrações contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a contábeis anuais do exercício encerrado en contábeis anuais de contenta de contendevem ser analisados em conjunto com aquelas demonstrações contábeis.

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis para o período atual: · Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021

A norma dispõe sobre os critérios para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábil pelas administradoras de consórcios e pelas instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A referida Resolução revogou o artigo nº 8 da Circular BCB nº 2.381/1993 que estabelecia que as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios deveriam ser escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, tornando obrigatória, a partir de 2022, a adoção do CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Assim, no exercício/2021, as receitas de taxa de administração foram apuradas pelo regime de caixa e, no exercício/2022, pelo regime de competência.

Conforme o artigo nº 23 da Resolução BCB nº 120/2021, o CPC 47 deve ser aplicado prospectivamente a partir da data de vigência da Resolução. Os impactos da aplicação da norma estão apresentados na Nota 8b desta demonstração financeira.

I - Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base tração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos pro rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base pro rata die).

Com a aplicação do CPC 47 o valor relacionado à taxa de ad As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm passou a ser reconhecido em resultado no seu respectivo mês de vencimento, com contrapartida em conta patrimonial do ativo, não seguindo mais contrapartida em contraparti

reconhecimento em receita apenas no recebimento em caixa. Os impactos da aplicação nestas linhas estão apresentados nas Notas 11 e 14 desta demonstração financeira

Resolução BCB nº 208, de 15 de dezembro de 2021

A norma alterou a forma de registros financeiros que passaram a ser controlados em contas de compensação, dos seguintes saldos: · Valores pendentes de recebimento objeto de cobrança judicial, transferidos para administradora de consórcio após o encerramento contábil dos

respectivos grupos; Valor total dos recursos devidos aos consorciados de grupos encerrados; e

Valor da aplicação, conforme previsto na regulamentação, dos recursos não procurados de grupos encerrados após a Lei nº 11.795/2008 e dos demais recursos recebidos de consorciados de grupos encerrados

lacionados a grupos encerrados contabilmente foram revertidos, conforme demonstrados na Nota 9 - Outros Ativos - e Nota 12 - Outros Passivos.

a) Classificação por categorias e prazos								
							Em 3	1 de dezembro - R\$ mil
			202	2			202	21
				Valor de	Valor de		Valor de	
	1 a	31 a	Acima de	mercado/	custo	Marcação	mercado/	Marcação
Títulos	30 dias	360 dias	360 dias	contábil	atualizado	a mercado	contábil	a mercado
Títulos para negociação	5.655.085	-	-	5.655.085	5.655.085	-	6.741.868	-
Cotas de fundos de investimentos	5.655.085	-	-	5.655.085	5.655.085	-	6.741.868	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	5.935.040	5.935.040	5.991.708	(56.668)	5.345.346	(11.873)
Letras financeiras	-	-	5.935.040	5.935.040	5.991.708	(56.668)	5.345.346	(11.873)
Total geral	5 655 085	_	5 935 040	11 590 125	11 646 793	(56 668)	12 087 214	(11 873)

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

			R\$ mil
	2º Semestre	Acumulado em 31	de dezembro
	2022	2022	2021
endas de aplicações em fundos de investimentos	499.431	849.712	239.243
endas de títulos de renda fixa	403.316	712.725	248.440
'otal	902.747	1.562.437	487.683

c) Instrumentos financeiros derivativos Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Bradesco Consórcios não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Sociais e estatutárias Rendas antecipadas (1).

5) OUTROS PASSIVOS Em 31 de dezembro - R\$ mil 2022 2021 3.963.230 15.660 310.382 Impostos e contribuições a recolher (2). 224.831 Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados (3). 5.941 560.235 Recursos pendentes de identificação Recursos pendentes cobrança judicial (3). 118.448 Impostos e contribuições sobre lucros a paga 445.884 1.088 2.505 Total. 4.332.271 1.372.895

(1) Refere-se às receitas de taxa de administração pagas antecipadas, registradas pelo regime de competência,

(2) Em 2022, contempla reversão de provisão de impostos municipais; e

(3) Conforme Instrução Normativa nº BCB 208/2021, a partir de 2022 os valores relacionados a cobrança judicial relacionados a grupos encerrados contabilmente passaram a ser controlados em contas de compensação. O saldo de R\$ 5.941 mil em 31 de dezembro de 2022, refere-se a recursos não procurados dos grupos encerrados contabilmente anteriores a Lei nº 11.795/2008.

6) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social O capital social no montante de R\$ 6.000.000 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 5.100.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em $6.000.000.000 \ (em\ 31\ de\ dezembro\ de\ 2021-5.100.000.000)\ cotas\ ao\ valor\ nominal\ de\ R\$\ 1,00\ cada\ uma.$

Conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2022 foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 900.000 mil com contrapartida da conta "Reserva Estatutária", com a criação de 900.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. O processo foi aprovado

pelo Bacen em 28 de julho de 2022.

b) Movimentação do capital social Quantidade de cotas 2022 2021 2021 4.325.427.000 4.325.427 Início do período. 5.100.000.000 5.100.000 6.000.000 6.000.000.000 5.100.000.000 5.100.000

(1) Conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2022 foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 900.000 mil, com contrapartida da conta "Reserva Estatutária", com a criação de 900.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. O processo foi

aprovado pelo $\rm \overset{.}{B}$ acen em 28 de julho de 2022. c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2022	2021
Reservas de lucros	1.828.392	5.882.737
- Reserva legal (1)	521.009	363.783
- Reserva estatutária (2)	1.307.383	5.518.954
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capacrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reaumento de capital ou para compensar prejuízos; e		

(2)	Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado
	em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é
	verificado na reunião de aprovação das demonstrações financeiras. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previs-
	to, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de
	dividendes

Nº de Cotas

(11.873)(11.873)(11.873)

dividendos

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam infe rior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em

adição aos mesmos. Conforme Ata de Reunião da Diretoria, foi deliberado em 23 de dezembro de 2022 o pagamento de dividendos no montante de R\$ 343.230 mil, os

quais foram computados no cálculo dos dividendos do exercício Conforme Ata de Reunião da Diretoria, foi deliberado em 23 de dezembro de 2022 o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.992.400 mil (líquido de impostos R\$ 1.693.540 mil), os quais foram provisionados com contrapartida em reservas de lucros de anos anteriores Reservas estatutárias.

Conforme Ata de Reunião da Diretoria, foi deliberado em 30 de dezembro de 2022 o pagamento de dividendos no montante de R\$ 1.336.676 mil, os quais foram computados no cálculo dos dividendos do exercício.

Conforme Ata de Reunião da Diretoria, foi deliberado em 30 de dezembro de 2022 o pagamento de dividendos no montante de R\$ 2.626.554 mil, os quais foram provisionados com contrapartida em reservas de lucros de anos anteriores - Reservas estatutárias.

O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade de Cotas. O cálculo do lucro básico por cota relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	Nº de Cotas em Circulação	Fração	Proporcional em Circulação
Número de cotas no início do período	5.100.000	7/12	2.975.000
Número de cotas após o aumento de capital (nota 09b) 6.000.000	5/12	2.500.000	
Média ponderada de cotas no período			5.475.000
Lucro líquido do período em R\$ mil			3.144.515
Lucro básico por cota			574,34

f) Lucro por cotas diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por cotas básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis

7) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

		R\$ mil	
2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro		
2022	2022	2021	
1.224.880	2.274.793	2.202.959	
66.233	151.116	239.981	
1.291.113	2.425.909	2.442.940	
	2022 1.224.880 66.233	2022 2022 1.224.880 2.274.793 66.233 151.116	

(1) Em 2022 o montante de R\$ 334.612 mil passou a ser contabilizado em "Outros Passivos", conforme Resolução BCB nº 120/2021.

8) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 3.144.515 mil, sendo este total tratado como resultado recorrente. Não houve resultad



Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22 Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Marrom, Térreo, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.648.399 mil, sendo este total tratado como resultado recorrente. Não houve resultado c) Gerenciamento de riscos

não recorrente no exercício. b) Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021

A norma dispõe sobre os critérios para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábil pelas administradoras de consórcios e pelas instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A referida Resolução revogou o artigo nº 8 da Circular BCB nº 2.381/1993 que estabelecia que as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios deveriam ser escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, tornando obrigatória, a partir de 2022, a adoção do CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Assim, no exercício de 2021, as receitas de taxa de administração foram apuradas pelo regime de caixa e, no exercício de 2022, pelo regime de competência

O processo de reconhecimento de receita inicia-se com a identificação do contrato, onde a entidade deve contabilizar os seus efeitos somente quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

(i) Quando as partes aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprome tidas em cumprir suas respectivas obrigações;

(ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;

(iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;

(iv) Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e

(v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do

cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O CPC 47 estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes. Assim, o valor registrado deve ser reconhecido

pelo regime de competência a refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado Conforme o artigo nº 23 da Resolução BCB nº 120/2021, o CPC 47 deve ser aplicado prospectivamente a partir da data de vigência da Resolução.

Com a adoção da Resolução BCB nº 120/2021 foram realizadas as seguintes contabilizações no exercício:

	Em 31 de	e dezembro - R\$ mil
	Nota	2022
Outros ativos		
Taxa de administração a receber	11	87.163
Outros passivos		
Rendas antecipadas (1)	14	310.382
	Acumulado em 31 de	e dezembro - R\$ mil
	Nota	2022
Outras receitas operacionais		
Receita de prestação de serviços	16	2.274.909
(6) Vol.	.~	

Ativo Circulan

Caixa e e

Não Circ

(1) Valores a serem reconhecidos como receita de prestação de serviços quando satisfeitas as obrigações de desempenho.

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos servicos e produtos, e da globalização do: negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhore:

práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de deci sões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle

A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em

outros resultados abrangentes e valor justo no resultado. No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abran

gentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos. Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operaçõe: de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reco nhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva

do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas. A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de pro cesso, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores

A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. Instrução Normativa BCB nº 319 - Em 4 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11

de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes.

Em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo às decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aquarda-se a publicação desse acórdão do STE e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Instituição iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Contadora - CRC 1SP177829/0-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis também no seguinte endereço eletrônico: Relações com investidores (www.bradesco.com.br/ri) O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 23 de março de 2023, sem ressalvas

Juntos Somos Mais Fidelização S.A. 🚃

CNPJ n° 29.894.630/0001-39 - NIRE 35.300.534.301 AVISO AOS ACIONISTAS

A **Juntos Somos Mais Fidelização S.A.** ("Companhia") comunica que os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei n^o 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1976, relativos ao exercício encerrado em 1976, de 1976, relativos ao exercício encerrado em 1976, relativos encercado en 1976, relativos encercado encercad 2022 já se encontram à disposição dos Acionistas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, 1º andar

Juliana Carsoni Fernandes da Silva - Diretora Presidente

Torre Norte, CEP 01452-002, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. São Paulo, 24 de março de 2023

Eros Roberto Jussiani Canedo - Diretor.

Nogueira Patrimonial e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.155.487/0001-82 - NIRE 35.300.386.825 Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Convocamos os Senhores acionistas da sociedade anônima Nogueira Patrimonial e Participações

S.A para reunirem-se no dia 30/03/2023, às 10h00min na sede da Companhia sito à Rua 15 de Novembro, nº 741, sobreloja - sala 01, Bairro Santo Antônio, na cidade de Itapira/SP, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para discutirem as matérias submetidas às deliberações na ordem do dia, a saber: (I) Tomar a contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativa ao Exercício Social encerrado em 31/12/2022; (II) renúncia de Diretor; (III) eleição para Diretoria da Companhia. Itapira, 30 de março. Anna Pugina Nogueira - Presidente Márcio Fernando Nogueira - Diretor. (22,23,24)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na Rua Manuel Quirino de Matos 1852 c3, São Paulo-SP, CEP 03969-000, Presidente, no uso de suas prerrogativas legais e estatutárias, Convoca os filiados da FELFASP quites com suas obrigações, com direito a voz e voto, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na Rua Manuel Quirino de Matos 1852 c3, São Paulo-SP, CEP 03960-000, no próximo dia 08/04/2023, a partir das 19h em primeira convocação ou, caso não haja quórum suficiente, uma hora após em segunda convocação com o quórum presente, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A) Alteração do Endereço da Sede: B) Reforma da Carta Estatutária. São Paulo, 24 de março de 2023. Reginaldo Freire Brito - Presidente

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME N° 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 27º SÉRIE DA 1º EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA NOVA SECURITIZAÇÃO S.A.)

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 27º Série da 1º Emissão da VIRGO COM-PANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP 04533-004 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob nº 22.610.500/0001-88, com
sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 – 4º Andar Pinheiros, CEP 05425-020 ("<u>Agente Fiduciário</u>"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **segunda convocação**, para Assembleia Geral ("<u>Assembleia</u>"), **a ser realizada em 31 de março de 2023 às 16 horas, de forma exclusivamente re** mota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezen bro de 2021 ("<u>Resolução CVM 60</u>"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 11.2 do Termo de Securitiza ção de Créditos Imobiliários da 27ª série da 1ª Emissão da Emissora celebrado em 10 de abril de 2018, conforme adi tado ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: a) Alteração da clausula 9.1 do Contrato de Cessão Fiduciári. item I), para que a Devedora/Fiduciária possa realizar liberação créditos cedidos mediante amortizaçã extraordinária na mesma proporção, conforme nova redação abaixo; (i) não celebrar qualquer negócio jurídico dest nado à transferência, alienação, cessão, imposição de ônus, gravames, direitos reais de garantia e/ou à limitação, sob qualquer forma, da propriedade, titularidade, posse e/ou controle dos Direitos Creditórios, exceto na hipótese de transrerência, alienação ou cessão dos Direitos Creditórios para realizar uma Amortização Extraordinária (conforme defini do na CCB), ou o Pagamento Antecipado Facultativo (conforme definido na CCB), quando a Securitizadora deverá se comunicada, com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis da transferência, alienação ou cessão dos Direito. Creditórios, sendo que na referida comunicação deverá constar o valor dos Direitos Creditórios que serão transferido: lienados ou cedidos, bem como a Fiduciante somente poderá efetivamente transferir, alienar ou ceder Direitos Cred tórios no montante que for utilizado para realizar a Amortização Extraordinária (conforme definido na CCB) ou o Pa gamento Antecipado Facultativo (conforme definido na CCB, sob pena de vencimento antecipado a CCB, nos termo da Cláusula 7 CCB; b) Alteração das cláusulas 8.2 e 11.11 do Termo de Securitização para prever a dispensa de publ cação do edital de convocação em jornal, de forma a refletir o disposto no art. 2º da Resolução CVM nº 166, de 1º di mbro de 2022, permanecendo a obrigação de disponibilização dos editais no site da Emissora e do Agente Fidu ciário, assim como sua divulgação pela Emissora no Fundos Net; e c) Autorizar a Emissora para, em conjunto com Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para im plementar o deliberado nesta Assembleia. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulare dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora de xa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em segunda convocação é con qualquer número, conforme cláusula **11.5** do Termo de Securitização. Já as deliberações serão tomadas, em segunda convocação, por Titulares dos CRI que represente, no mínimo, a maioria dos presentes na assembleia. A Assemblei convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microso Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares do CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** ao Agente Fiduciário para **agentefiduciario@vortx.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da real zação da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a zagao do Assenialera, poderido se e recaminimo ace o iniciano de inicio da Assenialera, os seguintes societários e quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documento que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes es períficos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conform abaixo. O titular do CRI ("<u>Titular de CRI</u>") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingres sar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agei te Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora dis ponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página ele rônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página ele trônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou po seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) or não: (ji) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (jii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deve á ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos pode res. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentado urante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

VIENTOS PARTICIPAÇÕES S.A

(185.516)

(37.418) (12.977)

2022

52.659

50.216

(219.148)

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 - Valores expressos em reais											
Balanço Patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro - Valores expressos em reais					Demonstrações dos Resultados dos exercícios						
	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021	findos em 31 de dezembro -	Valores ex	cpressos em re	eais
inte				Circulante					Nota	2022	2021
equivalentes de caixa	4	459.723	859.708	Fornecedores		522	3.482	Despesas operacionais			
os a recuperar	5	-	112.699	Obrigações tributárias		2.011	2.639	Despesas com serviços prestados	8	(185.516)	(247.672)
sas antecipadas		22.818	18.220	Outras obrigações			682	Despesas tributárias		(27.589)	(1.819)
amentos			15.755			2.533	6.803	Despesas com pessoal		(34.906)	(272.702)
		482.541	1.006.382	Patrimônio Líquido				Despesas administrativas	9 _	(219.148)	(96.768)
rculante				Capital social	7	41.420.330	41.420.330			(467.159)	(618.961)
os a recuperar	5	100.028	_	Prejuízos acumulados		(40.840.294)	(40.420.751)	Resultado antes do resultado financ	eiro		
		100.028				580.036	999.579	Receitas financeiras	10	50.216	16.658
lo Ativo		582.569	1.006.382	Total do Passivo		582.569	1.006.382	Despesas financeiras	10 _	(2.600)	(5.067.745)
	As notas e	explicativas sã	o parte integ	rante das demonstrações financeira	as				_		(5.051.087 <u>)</u>
		<u> </u>		•				Prejuízo do exercício	_	(419.543)	(5.670.048 <u>)</u>
itas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Valores expressos em reais					em reais	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
texto Operacional: A Vientos Participações S/A ("Companhia") é em 31/12/2022 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vis-					endo em vis-	Demonstrações dos Res	ultados A	hrangentes			
ociedade por ações e se rege por este estatuto social ("Estatuto So-ta que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências				findos em 31 de dezembro - Valores expressos em reais							
pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades ju			judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda. 7.					•			
ões") e pelas demais legislações aplicáveis às sociedades anônimas. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O Capital Soc				ital Social está	representa-	la	-	2022	2021		
panhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Pau-			do por 41.420.330 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b)			Prejuízo do exercício	-	(419.543)	(5.670.048)		
v. Brigadeiro Luís Antônio, 300, 10º andar, conjunto 104, parte, Bela			Dividendos: Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não			Resultado abrangente do exercício	=	(419.543)	<u>(5.670.048)</u>		
TD 01210 000	L £11:-: 0	_1	£								· ·

Nota cial"), pe por Açõe Vista, CEP 01318-000, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria. A Companhia tem por objeto social a participação da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior (holding). 2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstração disparaçãos e Apresentação das Demonstraçãos disparaçãos e Apresentação das Openos de Cardo das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Conforme o art. 13 do Estatuto Social da Companhia os dividendos estarão sujeitos à aprovação prévia e escrita dos acionistas. exterior (holding). 2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1 Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da 8. Despesas com serviços prestados: Honorários de advogados Honorários de consultoria e auditoria **Total** Lei 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, Lei 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas brasileiras de contabilidade – Contabilidade para pequenas e médias empresas. A preparação das demonstrações contábeis está em conformidade com a NBC TG 1000 (R1), que requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. 2.2 Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). 2.3 Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça 9. Despesas administrativas: 10. Resultado financeiro líquido estimativas e juigamentos: A preparação das demonstrações finan-ceiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações fi-nanceiras. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas po-derá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. 3. Resumo das Impostos sobre receita financeira Principais Práticas Contábeis: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência. b) Passivo circulante e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos e
calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos
e variações monetárias incorridas. c) Imposto de renda e contribuição

Total social: A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real. 4. Caixa e equivalentes de caixa: As aplicações financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa com resgate automático do Banco Itaú

	2022	2021	•	
Caixa	1.060	1.060	č	
Bancos	10	10	(
Aplicações financeiras	458.653	858.638	č	
Total	459.723	859.708	6	
5. Impostos a recuperar:			r	
	2022	2021	ç	
COFINS pago a maior	77.629	77.793	6	
PIS pago a maior	12.007	12.641	I	
IRRF pago a maior	10.269	10.679	ŗ	
Outros	123	11.586	r	
Total	100.028	112.699	t	
Circulante		112.699	(
Não circulante	100.028	_	(
A Companhia procedeu a reclassificação dos impostos a recuperar para				
o não circulanto no overcício do 2022 em função da colicitação do res				

Circulante	-	112.699
Não circulante 1	00.028	-
A Companhia procedeu a reclassificação dos impost		
o não circulante no exercício de 2022 em função d	a solicitaç	ão de res-
tituição dos valores junto a Receita Federal do Bras		
Contingências: A Companhia não tem conhecimer	nto e nem	registrou

a maior	10.269	10.679	ре	
	123	11.586	m	
	100.028	112.699	ta	
9		112.699	qι	
lante	100.028	-	CC	
nhia procedeu a reclassificação dos impostos a recuperar para				
ulante no exercício de 2022 em função da solicitação de res-				
os valores junto a Receita Federal do	Brasil. 6. Pro	visão para	Na	
ncias: A Companhia não tem conhe	cimento e ne	m registrou	m	

turas de seguiros por montantes considerados suficientes pelos departa-mentos técnicos e operacionais para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão quanto a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração. 12. Instrumentos Financeiros: Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram deter-minados por meio de informações disponíveis no mercado e metodolo-gias apropriadas de avaliações. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabi lidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em comparação com as vigentes no mercado. A Companhia tem como política não assumir posições exposas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos ue permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações om derivativos no período. De acordo com suas políticas financeiras, a companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos fi-anceiros que tenham caráter especulativo. 13. Evento Subsequente: ão ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerra

ento do exercício findo em 31/12/2022. Contador

Diretoria Sra. Fabiana D'Ávila Souza Jefferson Augusto Pessoa dos Santos - CRC MG 123005/O Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Apoio administrativo

Outras despesas

Receitas diversas

Despesas bancárias

Receita aplicação financeira

Ilmo Srs. Aos Administradores e Acionistas da Vientos Participações S.A. São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Vientos Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Vientos Participações S.A.** em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinão:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as promas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração de da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia e responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemas certicismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: « Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,

eiras **021** 048) inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido findos em 31 de dezembro - Valores expressos em reais Prejuízos Capital social <u>acumulados</u> <u>Total</u> 27.215.545 (34.750.703) (7.535.158) Saldos em 31/12/2020 Aumento de capital conforme Ata de incorporação de 19.05.2021 Aumento de capital 1.761.261 (247.672) conforme Ata de 02.09.2021 12.443.524 (5.670.048) (5.670.048 rejuízo do exercício Saldos em 31/12/2021 <u>41.420.330</u> (40.420.751) <u>999.579</u> 41.420.330 (40.420.751) <u>999.579</u> Saldos em 31/12/2021 41.420.330 (40.840.294) Saldos em 31/12/2022 (96.768) As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Demonstração dos fluxos de caixa findos em 31 de dezembro - Valores expressos em reais Fluxo de caixa das atividades operacionais Prejuízo do exercício (419.543) (5.670.048) Ajustes para conciliar o resultado às disponibi-(74) (5.067.419) lidades geradas pelas atividades operacionais (419.543) (5.670.048) Diminuição (aumento) nas contas de ativos (404) (252) (2.600) (5.067.745) Impostos a recuperar Títulos a receber 11. Cobertura de Seguros (não auditado): A Companhia possui cober-Despesas antecipadas Adiantamentos (15.755) 15.755 Aumento (diminuição) nas contas de passivos (2.960)(251.518) Obrigações tributárias (628) (1.755.743) Títulos a pagar (682) Outras obrigações Disponibilidades líquidas geradas 682 pelas atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de financia (399.985) (7.574.906) 14 204 785 Empréstimos Cessão de crédito <u>268.025.892</u>

Disponibilidades líquidas geradas

(aplicadas nas) pelas atividades

mento/(redução) líquido de caixa

e equivalentes de caixa Demonstração da variação de caixa

e equivalentes de caixa:

isponibilidades e aplicações

Aumento/(redução) líquido

financeiras no início do exercício Disponibilidades e aplicações financeiras no final do exercício

de caixa e equivalentes de caixa (399.985) (746.236) As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utiliza-das e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamen tadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governanca a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

_ 6.828.670

859.708

(399.985) (746.236)

859.708 1.605.944

459.723

Belo Horizonte, 14 de março de 2023. Moore Consulting News Auditores Indepe CRC - MG 006494/O-4 Adelmo de Oliveira CRC-MG 46.235 - Contador

VIADUTO SOLUÇÕES LOGISTICAS S.A VIADUTO SOLUÇOES LOGISTICAS S.A.
CNPJ/ME nº 72.860.067/0001-07 - NIRE 3530057567-9
EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1º (PRIMEIRA) EMISSÃ
DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSIVEIS EM AÇOES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA
ADICIONAL FIDEJUSSORIA, EM SERIE UNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PUBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS D.
VIADUTO SOLUÇÕES LOGISTICAS S.A., A SER REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2023. Ficam convocados o
Senhores Debenturista da 1º (Primeira) Emissão de Debêntures Simples e do Primeiro Aditamento, Não Conversíveis er DITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS. EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INITERDIÇÃO DE GENOVEVA DE MELLO SOGAYAR, REQUERIDO POR LEDA SOGAIAR FERRAZ E OUTROS - PROCESSO Nº110848624.2021.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8º Vara da Família e sucessões, do Foro Central Civel, Estado de São Paulo, Dr(a), Vivian Wipfli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 30/05/2022, foi decretada a INTERDIÇÃO de GENOVEVA DE MELLO SOGAYAR, CPF 15094668862, declarando-o parcialmente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado como CURADORA, em caráter DEFINITIVO, a Srº Leda Sogaiar Ferraz, CPF 011.714.408-80, RG 3.004.375-X. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez días, e adado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de fevereiro de 2023.

Sr. Gustavo Florentino Ribeiro

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO № 1030888-62,2019.8.26,010 EUIAL DE CITAÇAO - PRACU DE 20 IJAS, expendon ons autos da Ação de Usucapião, PROJESSO N° 1030868-22/103.6. DEL VILVAQO, A DE ARROLA PINTO LIMBA ZARETA, MM. Juiza de Direito da 1º Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Conceição Ondina Maria Rebollo, Oreste Rebollo, Kelly Cristina Vunes de Oliveira, Claudinei Oliveira, Maria Soledade Alamino, Rosana Moreira Batista da Silva, Leonardo Alamino, Marilude Alamino, Marilude Alamino da Silva, Eder Alamino, Debora Alamino Gavião, Edson Aparecido Carvalho Rufino, Seuel Pinheiro do Vieira, Marcos Antonio Carvalho Rufino, Marcio Carvalh nteressados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Francisco Gomes do Nascimento e Lidia Mendes dos Santos Nascimento ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Veríssimo da Mota, nº 59, Limão, São Paulo - SP, com área de 122,76 m², contribuinte nº 076.403.0023-1, alegando posse mansa e pacífica no prazo lega stando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a flui pós o prazo de 20 días úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado urador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 08 de fevereiro o de 2023. B - 23 e 24

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1015489-90.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2º Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Dias Almeida de Filippo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) José de Castro da Cunha, Débora dos Santos Fontenelle, Wilson Fontenelle, Aparecida Medeiros Fontenelle, Alfredo José de Souza, Eva Janete Benevenuto de Souza, Nova Funchal Empreendimento Participações LTDA., James Dick, Luciana Anna Viudes Dick e Barigui Campanhia Hipotecária, réus ausei esconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Itamar Dias de Almeida, CeliaFerreir Barros de Almeida, Nilson Aparecido de Almeida e Maria de Fátima Miranda de Almeida ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO isando declaração de dominio sobre imóvel localizado na Rua São Venceslau, nº 323, Jabaquara, São Paulo - SP, alegand osse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionado para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o present

RICARDO NAHAT. Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital. República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, TATIANA EMILIANO OLIVEIRA, brasileira, solteira, maior, agente administrativo, RG nº 29.933.056-4-SSP/SP, CPF n 296.181.288-73, domiciliada nesta Capital, residente na Rua Farid Miguel Haddad no 350, apartamento nº 44, T140, Vila Santa Teresa, fica intimada a purgar a mora referente a 100 (cem) prestações em atraso, vencidas de 15/10/2014 a 15/01/2023 no valor de R\$129.921,74 (cento e vinte e nove mil, novecentos e vinte e um reais e setenta e quatro centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$157.676,78 (cento e cinquenta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e oito centavos), que atualizado até 20/03/2023, perfaz o valor de R\$198.022,07 (cento e noventa e oito mil e vinte e dois reais e sete centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Rua Farid Miguel Haddad nº 235, apartamento nº 44, localizado no 4º andar da Torre 10, integrante do Condomínio Residencial Via Áurea, Saúde, 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrada sob nº 4 na matrícula nº 195.578 O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 12:00hs e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a devedora desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Óficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/ 97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 22 de março de 2023. O

VIDUTO SOLUÇÕES LOĞISTICAS S.A., A SER REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2023. Ficam convocados os Senhores Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debênturies Simples e do Primeiro Aditamento, Não Conversiveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Séna Unica, para Distribuição Pública con Esforços Restritos, da Viaduto Soluções Logisticas S.A. '(Debenturistas', Debênturies' e Emissora 'respectivamente) nos termos da Cilausula Nona do 'Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples e do Primeiro Aditamento, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória em Séria Unica, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Viaduto Soluções Logisticas A.'. celebrado em 14 de junho de 2022 entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Titulos e Valores Mobiliános Ltda. ('Agente Fiduciário') conforme aditado ('Escritura de Emissão') e dos artigos 71, §\$ 1º e 2º, e 124 da Le 1º 6º 4.04, de 15 de dezembro de 1976 ('Lei das Sociedades por Ações) a comparecerem na Assembleia Geral de Debenturistas a realizar-se de forma exclusivamente online, sem a possibilidade de participação presencial, através da plataforma Microsofi Teams ('Plataforma Digital') coordenada pela Emissora, no día 05 de abril de 2023 às 15:00 horas, observadas as disposições da Lei das Sociedade or Ações e da Resolução da Comissão dos Valores Mobiliánios ('CVM') nº 81, de 29 de março de 2022 para examinar discutir e deliberar sobre as seguintes ordem do dia: (i) Aprovar a postergação do prazo indicado para a apresentação acade da comistações financeiras da Emissora completas e auditadas, relativas ao respectivo exercicio socia encerrado em 31 de dezembro de 2022, exclusivamente, conforme descrito na cláusula 71, .XX, (i) da Escritura de Emissão passando o prazo de apresentação para o dia 30 de abril de 2023, de forma que a não apresentação para o dia 30 de abril de 2023, de forma que a não apresentação para o dia 30 de abril de 2023, de encerrado em 31 de dezembro de 2022, exclusivamente, conforme descrito na cláusula 7.1, XX, (i) da Escritura de Emissão, passando o prazo de apresentação para o dia 30 de abril de 2023, de forma que a não apresentação no prazo indicado na Escritura de Emissão; (ii) Mediante a aprovação do item anteiora, aprovar a concessão de prazo para que a Emissora, realize os calculos dos Indices Financeiros descritos na cláusula 6.1.2, XIII, da Escritura de Emissão, em até 05 (cinco) dias úteis contados da apresentação da de demonstrações financeiros a de Emissora; (iii) Aprovar alteração da dasular 17. XXI. da Escritura de Emissão, visando a postergação do prazo para que a Emissora consiga o registro de companhia aberta "categoria B" perante a CVM (Comissão de Valores Mobilários), alterando o prazo de "até 12 (doze) meses contados da Data de Emissão", para até a data de 31 de janeiro de 2024, de forma que a não obtenção do registro no prazo inicialmente acordado não seja considerada um Evento de Inadimplemento, conforme previsto na cláusula 6.1.2. da Escritura de Emissão, e (iii) A autorização para que a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, pratique todos os atos, tome todas as providências e adofe todas as medidas necessárias á formalização, efetivação das deliberações destá enviane dias governados de companhada do nome completo ou denominação social completa e do seu respectivo CPF ou CNPJ (em caso de administradores de fundos de Investimentos, também informar o CNPJ dos fundos de investimentos sob sua administração representados); (ii) a indicação dos representantes que participarão da Assembleia Geral de Debenturistas, informados es condicores de fundos de Investimentos, também informar o CNPJ dos fundos de investimentos sob sua administração representados); (ii) a indicação dos representantes que participação da Assembleia Geral de Debenturistas, informados de suo administração ne novem a representação na Assembleia Geral de Debenturistas, informados de sua defenida de concumentos de comprovação de poderes,

e viviane.dias@viaduto.com.br, com cópia para o Agente Fiduciario, através do e-mail agent Paulo/SP, 21 de março de 2023. VIADUTO SOLUÇÕES LOGISTICAS S.A.